

Inserção profissional de recém-graduados em tempos de inseguranças e incertezas¹

Professional inclusion of the new graduated in times of insecurity and uncertainty

Luciana Albanese Valore*

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Gabrielle Ana Selig**

Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil

RESUMO

Este estudo teórico aborda os cenários profissionais contemporâneos, evidenciando alguns efeitos das lógicas globais, como a instituição de projetos a curto prazo, na relação indivíduo-trabalho e nos modos de subjetivação. Tendo em vista que a população brasileira mais afetada pelas recentes transformações no mercado de trabalho consiste nos jovens que buscam o primeiro emprego, objetiva analisar o processo de inserção profissional de recém-graduados, identificando as principais estratégias adotadas frente à incerteza dos novos tempos. Estas, ao que parece, configuram-se mais como falta de opção do que como escolha pessoal e legitimam a responsabilidade individual, atribuída pelo discurso neoliberal, como condição exclusiva para o sucesso profissional. Conclui-se que o conhecimento e a reflexão crítica sobre os imperativos que regem a inserção no mundo do trabalho na atualidade tornam-se imprescindíveis nas práticas da formação universitária e nos processos de escolha e de planejamento de carreira.

Palavras-chave: Inserção profissional, Recém-graduados, Mercado de trabalho, Escolha profissional, Subjetividade.

ABSTRACT

This abstract study shows an approach on the professional contemporary scenario, bringing the evidence of the global logic effects, such as the establishment of short term projects in the working-individual relationship and its subjective manners. Taking into consideration that the most recent changes in the working market affect mainly young people seeking for their first job, this study aims to analyze the professional inclusion of the new graduated professionals, trying to identify the main strategies adopted to face nowadays uncertainty. These uncertainties, as they seem, are due to the lack of options rather than personal choices and they legitimate the individual responsibility, attributed to neoliberal speech as an exclusive condition to professional success. A possible conclusion is that knowledge and critical consideration about the imperatives that rule professional inclusion on the working environment nowadays become vital in the

academic practice formation and in the career planning, as well as in the career choices.

Keywords: Professional inclusion, New graduated, Working market, Professional choice, Subjectivity (subjective manner).

Flexibilidade, empregabilidade, trabalho parcial, terceirização são palavras correntes nos discursos que configuram os cenários profissionais contemporâneos. Quer veiculados em meio a empresários, analistas de mercado ou trabalhadores em geral, tais discursos instituem novas práticas sociais e legitimam conceitos que, uma vez incorporados no imaginário social, passam a perpetuar essas práticas e a regular novos modos de subjetivação.

Assim, por exemplo, credita-se à aquisição de uma série de atributos, notadamente pessoais, a condição de empregabilidade, indispensável ao bom profissional. Este deverá ser pró-ativo, dinâmico, ágil, maleável, flexível, versátil, capaz de criar, resolver problemas, adaptar-se (PAIXÃO, 2005; MELO; BORGES, 2007). Se, até pouco tempo, o sucesso profissional era definido pelo rol de competências técnicas que se deveria ter, na atualidade, valorizam-se os modos de ser, em que atributos individuais como a ousadia, a curiosidade, a mobilidade e a capacidade de lidar com o incerto, ganham destaque. Nestas condições, e a considerar o atravessamento das lógicas que regem o mundo do trabalho nas demais instâncias da vida pessoal (SENNETT, 2007), o modo de funcionamento do mercado de trabalho passa a determinar o modo de funcionamento dos indivíduos e as formas de inscrição de suas subjetividades (BIRMAN, 2000). Assim, lado a lado à educação continuada para a atualização profissional, investe-se, cada vez mais, em programas de aprimoramento pessoal, nos quais a aquisição de resiliência tem-se tornado a principal meta (BARLACH; LIMONGI-FRANÇA; MALVEZZI, 2008).

As alterações na lógica de produção global, e a consequente formação de um novo paradigma de emprego (mais flexível, precário e instável), geram insegurança e preocupação com a exclusão social, causando perplexidade em sociedades como as ocidentais, nas quais o emprego tem papel central, não somente na obtenção de renda, mas também na integração social do indivíduo e na formação de sua identidade pessoal (DUPAS, 1999). Além disto, contribuem para a modificação de valores e padrões sedimentados, como o de projeto de vida a longo prazo (SENNETT, 2007), e para a criação de novos modos de relação indivíduo-trabalho.

O presente artigo propõe uma reflexão em torno destes temas, focando, mais precisamente, o processo de inserção profissional de recém-formados. Sabe-se que as intensas e aceleradas transformações no mundo do trabalho têm afetado, de maneira mais significativa, os jovens em busca de seu primeiro emprego

(POCHMANN, 2000). Constata-se, igualmente, que, apesar dos esforços governamentais em ampliar o acesso ao ensino médio e superior, a oferta de postos de trabalho não tem acompanhado a crescente demanda. No caso de profissionais egressos das universidades, a falta de oportunidades de inserção no mercado tem adiado, cada vez mais, o projeto de autonomia financeira e, com isto, o ingresso na vida adulta (CALLIGARIS, 2000). Tendo isto em vista, pergunta-se: de que modo as mudanças nos cenários profissionais, e as restrições aí geradas, estão afetando o processo de inserção e o projeto de vida de recém-graduados? Em que medida, as alternativas por eles vislumbradas podem ser caracterizadas, efetivamente, como escolhas pessoais?

Através de uma revisão da literatura, objetiva-se, pois, delinear as características que configuram o mercado de trabalho contemporâneo, relacionando seus efeitos nos modos de subjetivação, bem como discutir algumas soluções encontradas, por jovens universitários, para o enfrentamento da realidade profissional, após a formatura. Com isto, espera-se fornecer subsídios para a reflexão sobre os processos de escolha e planejamento de carreira na atualidade, uma vez que, pelo estudo feito, pôde-se observar que, na maior parte das vezes, as estratégias adotadas para a inserção profissional, mais do que constituírem uma condição de escolha propriamente dita, sugerem a falta de opções. Neste sentido, supõe-se que este estudo possa vir em auxílio da prática de orientação e desenvolvimento de carreira, colaborando também para a revisão dos processos formativos, sobretudo no contexto universitário. Além disto, espera-se contribuir para a produção de estudos empíricos correlatos ao tema.

O mercado de trabalho na contemporaneidade e seus efeitos nos modos de subjetivação

A contratação por tempo determinado e a expansão do trabalho informal e da terceirização de serviços constituem uma das características da dinâmica do mercado de trabalho na contemporaneidade. Tais características vêm redimensionando o conceito tradicional de emprego “com horário, carteira, direitos e também - por que não? – futuro previsível” (DOWBOR, 2002, p. 18). Assiste-se a uma flexibilização dos vínculos de trabalho, sendo a precariedade – tanto em termos de salário quanto em formas de contratação – o denominador comum desse processo (DUPAS, 1999; DOWBOR, 2002; ANTUNES, 2007). Observa-se, por exemplo, a contratação de pessoas muito mais qualificadas do que a real necessidade do conteúdo dos postos de trabalho (POCHMANN, 2000), tendência ao desassalariamento (redução do emprego assalariado), redução do emprego estável, emprego para poucos, maior desemprego e subemprego (POCHMANN, 2002), jornadas

sobrepostas ou trabalho insuficiente (DUPAS, 1999), desvalorização do emprego tradicional (DOWBOR, 2002; SENNETT, 2007), explosão da informalidade (DUPAS, 1999). As carreiras tradicionais, que avançam lentamente em uma ou duas instituições, estão desaparecendo, bem como a utilização de um único conjunto de qualificações durante a vida (SENNETT, 2007).

Como reflexo deste cenário, percebe-se uma mudança na juventude no sentido de diminuição da expectativa por um emprego e elaboração de projetos de carreira voltados para o trabalho autônomo (MELO; BORGES, 2007). Várias gerações partilharam a ideia de que uma pessoa séria, dedicada, honesta, competente e trabalhadora teria seu lugar na sociedade – crença de que aqueles que são competentes e esforçados sempre encontrarão trabalho –, ideia ainda partilhada por muitos jovens em busca de inserção profissional (TEIXEIRA; GOMES, 2004). A erosão desse sonho gera um sentimento amplo de insegurança e de perda de referenciais (DOWBOR, 2002). “Os trabalhadores percebem o ambiente econômico, o mercado de emprego e a sua própria carreira como dominados por forças que lhes escapam. Por isso, seu destino profissional e pessoal lhes parece fora de seu controle” (LEBOYER, *apud* DOWBOR, 2002, p. 59).

Em que pesem os avanços tecnológicos, as pessoas estão investindo mais tempo em suas atividades profissionais, tanto pela necessidade de acompanhá-los quanto pelas restrições derivadas do enxugamento dos postos de trabalho. Isto contribui para o aumento do estresse e do sentimento de insegurança em relação ao controle da própria vida (DOWBOR, 2002). No entanto, contrariando esse sentimento do trabalhador de falta de controle, a opção política é a de atribuir ao indivíduo a responsabilidade por sua própria empregabilidade, ou seja, se não está empregado adequadamente, ou está desempregado, a culpa seria de sua inadequação individual ao mercado de trabalho (POCHMANN, 2000; DOWBOR, 2002; NEVES, 2006).

(...) ganha importância a difusão de argumentos que procuram ressaltar o papel do indivíduo na definição do melhor momento de inserção e na responsabilidade pelo planejamento prévio da trajetória ocupacional (...). A literatura especializada valoriza as qualidades próprias, muitas vezes sem levar em consideração a difícil realidade do mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito ao perfil das ocupações geradas. Em síntese, o mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes, assim como procurando favorecer do seu próprio esforço e postura qualitativa como forma de superação da concorrência em relação aos outros. Nesse caso a vítima do desemprego é

identificada como responsável pelo próprio desemprego (POCHMANN, 2000, p. 64)

A ênfase à responsabilidade do indivíduo para inserção no mercado de trabalho, e não ao contexto econômico, histórico, político e social do país, é demonstrada, por exemplo, na percepção, entre jovens graduandos ou recém-graduados, de categorias individuais (falta de experiência, de iniciativa, de qualificação, de recursos, incapacidade de trabalhar em grupo) como as principais dificuldades para conseguir emprego (MELO; BORGES, 2007), na crença destes jovens de que existe lugar no mercado de trabalho para os profissionais competentes, que têm iniciativa para buscar oportunidades (TEIXEIRA; GOMES, 2004) e na constatação de que a situação objetiva do mercado de trabalho não afeta, de um modo tão intenso, as crenças dos formandos sobre sua capacidade de enfrentar o mercado e de exercer a profissão com competência (TEIXEIRA; GOMES, 2004; BARDAGI; LASSANCE; PARADISO; MENEZES, 2006). Também é evidenciada pelas políticas públicas de empregabilidade através da oferta de cursos de qualificação e treinamento e da abertura de linhas de crédito para os negócios próprios (auto-emprego), um favorecimento de ações individuais na geração da própria ocupação e renda (POCHMANN, 2000).

Neste cenário, a condição de ser empregável – de ter a capacidade de aprender e se adaptar às novas realidades do mercado de trabalho – torna-se mais importante do que o emprego (RUEDA; MARTINS; CAMPOS, 2004), pois, como salienta Bauman (2001), a ênfase na individualização na sociedade atual faz crer que, se o indivíduo está desempregado, foi porque não aprendeu a passar por uma entrevista, ou não se esforçou o suficiente para encontrar uma ocupação ou é avesso ao trabalho; se está inseguro sobre as perspectivas de carreira e futuro é porque não é suficientemente bom em fazer amigos e influenciar pessoas e não aprendeu, como deveria, a se expressar e impressionar os demais. Dessa forma, o (des)emprego deixa de ser um problema público e passa a assumir dimensão individual, correndo-se o risco de se assistir a uma reformulação da aplicação da antiga “ética protestante do trabalho” como novo conceito moral, já que cabe ao indivíduo “inventar” seu próprio trabalho. Alimenta-se, assim, a ausência de responsabilidade das elites em garantir crescimento econômico e oferta real de postos de trabalho, pois cabe ao indivíduo, ao não encontrar oportunidades de emprego disponíveis, criar sua própria ocupação (DUPAS, 1999). Nesta perspectiva, a individualização tornou-se uma fatalidade e não uma escolha, já que na terra da liberdade individual de escolher, a opção de escapar à individualização está decididamente excluída (BAUMAN, 2001).

No discurso da 'qualificação-redentora' apagam-se as diferentes formas de organização social e econômica presentes nesta sociedade e oculta-se a dimensão política, os jogos de interesses e intenções presentes nas leituras e propostas a respeito do desemprego, as disputas entre posições diversas e as condições desiguais nela existentes. Restringe-se tais fenômenos predominantemente a arranjos individuais, e o desemprego passa a ser, assim, tarefa eminentemente de cada pessoa. Desenha-se, mais uma vez, técnicas, normas, procedimentos como saída para o desemprego, como se estes, em uma linha de previsibilidade, fossem sinônimos de garantia e certeza. (...) [fazendo] crer que cabe a cada um a taça de vencedor, caso siga os caminhos corretos e seja adequadamente maleável e competente (NEVES, 2006, p. 136).

Além da individualização, outro imperativo instituído pelos discursos contemporâneos refere-se à exigência de mobilidade contínua. Segundo Bauman (2001), a atualidade se configura pela incerteza perpétua, haja vista a coleção infinita de possibilidades em que o mundo se transformou e, "para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre" (BAUMAN, 2001, p. 74); ou seja, melhor que permaneçam líquidas e fluidas. Associada a esta perpetuação das possibilidades de escolha, está a liberdade, uma liberdade que remete à ideia de não limitação, de renovação infinita, de escolhas constantes que não impliquem perdas ou abdições, já que sempre seria possível escolher novamente (MATTOS; CASTRO, 2008). A infelicidade decorreria, então, não da falta de escolha (ou de liberdade), mas do excesso de possibilidades e de desejos nunca saciados (BAUMAN, 2001). "Quando o consumo dessas experiências de prazer, felicidade ou realização pessoal se reifica em mercadorias, estas últimas adquirem, para os sujeitos, um significado que se aproxima, e até mesmo confunde-se, com o sentido de liberdade" (MATTOS; CASTRO, 2008, p. 155) e de felicidade.

Portanto, na sociedade contemporânea, mais do que se sentir satisfeito importa o manter-se em busca da satisfação, o "consumir sem consumir", ficando-se atrelado "ao ritmo do consumo como se consumir fosse a única maneira que nos projeta em nossa contemporânea humanidade e nos pode trazer qualquer realização e sentido de vida" (CRITELLI, 2008, p. 483). Essa seria a principal característica da fluidez da contemporaneidade: a incapacidade de parar, o manter-se em movimento, indivíduos "cronicamente" desacomodados com uma impossibilidade de atingir a satisfação, pois a "linha de chegada do esforço e o momento de auto-congratulação tranquila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação

no momento de sua realização, se não antes" (BAUMAN, 2001, p. 37).

Na contemporaneidade, pois, as pessoas estariam envolvidas primariamente na condição de consumidores e não de produtores (BAUMAN, 2001) e esta condição dos membros da sociedade atual perpassaria as demais relações. O mesmo autor ressalta que o que se faça e qualquer nome que se atribua às atividades que são realizadas, é como ir às compras, ou seja, são atividades feitas nos mesmos padrões de ir às compras.

O código em que nossa 'política de vida' está escrito deriva da pragmática do comprar. (...) 'Vamos às compras' pelas habilidades necessárias ao nosso sustento e pelos meios de convencer nossos possíveis empregadores de que as temos; pelo tipo de imagem que gostaríamos de vestir e por modos de fazer com que os outros acreditem que somos o que vestimos; por maneiras de fazer novos amigos que queremos e de nos desfazer dos que não mais queremos; (...) pelos modos de obter o amor do amado e o modo menos custoso de acabar com uma união quando o amor desapareceu e a relação deixou de agradar; pelo melhor meio de poupar dinheiro para um futuro incerto e modo mais conveniente de gastar dinheiro antes de ganhá-lo; pelos recursos para fazer mais rápido o que temos que fazer e por coisas para fazer a fim de encher o tempo então disponível (...). A lista de compras não tem fim. Porém, por mais longa que seja a lista, a opção de não ir às compras não figura nela (BAUMAN, 2001, p. 87-88).

Com uma visão um pouco distinta, mas também embasada na condição de consumidor do sujeito contemporâneo, Appel-Silva e Biehl (2006) salientam que, nas práticas de trabalho atuais, parece haver uma cisão entre as concepções de dever e de prazer, como se os sujeitos fossem ora trabalhadores, ora consumidores: cabendo aos trabalhadores os deveres e as obrigações e aos consumidores os prazeres e as sensações (APPEL-SILVA; BIEHL, 2006). Essa cisão da vida dos sujeitos estaria representada na cisão dos espaços e tempos: "surgiu o 'espaço de trabalho' e o 'espaço festivo', tal qual o 'tempo do trabalho' e o 'tempo lúdico'. Assim, nesse compartilhar do tempo, as relações frágeis entre os sujeitos tornaram-se também 'relações de trabalho' e 'relações lúdicas', 'relações sérias' e 'relações fugazes'" (APPEL-SILVA; BIEHL, 2006, p. 530).

As inseguranças causadas pela flexibilização do trabalho, pois, acabaram deslocando a noção de sucesso – que agora estaria representada por um estilo de vida diferenciado e individualizado – do trabalho para o consumo (APPEL-SILVA; BIEHL, 2006), sugerindo que o consumo aproxima o indivíduo da felicidade, da independência e da realização pessoal (MATTOS; CASTRO, 2008). No entanto, como ressalva Dupas (1999), ao centrar no consumo boa parte da

realização pessoal e social, transformando-o no principal sinal exterior de sucesso, a sociedade contemporânea criou um sério problema: o aumento da exclusão social, já que o sentimento de exclusão pode ocorrer em qualquer faixa de renda, uma vez que estar excluído não significa não ter acesso a necessidades consideradas básicas, mas não possuir aquilo que outras pessoas têm. Ou seja, “uma sociedade de consumidores se baseia na comparação universal – e o céu é o único limite” (BAUMAN, 2001, p. 90). O sucesso, portanto, “não pode ser inteiramente alcançado, porque não há limite para o sucesso, e sempre haverá novos bens de consumo a serem adquiridos. Os sujeitos ficaram, assim, passíveis de insucesso” (APPEL-SILVA; BIEHL, 2006, p.526).

Isto considerado pode-se perguntar: que efeitos estas novas lógicas, instituídas nos cenários sociais contemporâneos, produzem nos processos de escolha e de inserção profissional? Em que medida, ainda que recusadas ou desconhecidas no discurso, norteiam o planejamento de carreira e o projeto de vida de jovens em vias de ingressar no mundo do trabalho?

Atravessamento das lógicas do mercado de trabalho na inserção profissional de recém-graduados

No clima geral de instabilidade e insegurança instituído pelos novos tempos, valorizam-se, como já visto, as iniciativas individuais para sobreviver diante da dramaticidade das questões materiais do trabalho. Uma das soluções encontradas por jovens egressos das universidades é o adiamento da inserção profissional, através da continuidade dos estudos em nível de especialização, permanência na casa dos pais e manutenção de vínculos econômicos com estes. Em relação a este aspecto, cabe destacar a tolerância - e, por vezes, o incentivo - das famílias brasileiras de classe média quanto à permanência dos filhos no âmbito familiar após a conclusão do curso superior, contribuindo para o esvanecimento das fronteiras entre o fim da adolescência e o início da vida adulta (TEIXEIRA; GOMES, 2004) e para a caracterização de uma nova fase no ciclo evolutivo da família denominada de “ninho cheio” (SILVEIRA; WAGNER, 2006).

Outra solução vislumbrada é o trabalho autônomo (prestador de serviços e profissional liberal). Segundo pesquisa realizada por Melo e Borges (2007), avaliando graduandos e recém-graduados de várias áreas, percebeu-se que a maioria dos jovens investigados (61,1%) tinha como projeto de futuro o trabalho autônomo (sem vínculo empregatício) como possível alternativa diante da escassez de empregos. Estes jovens depositam em si próprios a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso no mercado o que, por um lado, pode ocasionar sofrimento psíquico e, por outro, incentivar a pró-atividade. Como ressalta Dowbor (2002), o trabalho autônomo, o auto-emprego, com as novas tecnologias e melhor regulação, poderia

permitir um resgate pelo trabalhador de sua própria iniciativa. “Nesse sentido, as novas tecnologias podem representar um poderoso instrumento de ruptura de formas tradicionais de alienação de trabalho, permitindo, aliás, que as pessoas comecem a seguir seus interesses, em vez de serem robôs especializados numa atividade estrita durante toda a vida profissional” (DOWBOR, 2002, p. 105). O trabalho autônomo também foi vislumbrado como opção de inserção profissional para graduandos investigados por Teixeira e Gomes (2004), trazendo associado o sentimento de não saber como operacionalizar estes projetos por falta de experiência e conhecimento em aspectos administrativos relevantes à prática profissional.

Mais uma iniciativa individual utilizada como solução para a inserção no mercado de trabalho consiste na busca pelo serviço público. Esta foi evidenciada, como possibilidade a compor o projeto de futuro, em 33,3% dos jovens investigados por Melo e Borges (2007) e nos graduandos pesquisados por Teixeira e Gomes (2004). A crescente procura pela carreira pública também foi tema da Pesquisa Nacional de Concursos Públicos (2009). Os dados coletados, nas principais bancas examinadoras do país, sobre concursos públicos realizados nos anos de 2005 a 2007, revelam que o número de inscritos neste período ultrapassou dois milhões de candidatos/ano. Em 2005, foram ofertadas aproximadamente 33 mil vagas, tendo sido aprovados quase sete vezes mais candidatos do que o número de vagas ofertadas, ou seja, aproximadamente 230 mil aprovados. Em 2006, havia aproximadamente 24,7 mil vagas, com aprovação de 47.705 candidatos. Em 2007, foram ofertadas aproximadamente 18 mil vagas, tendo sido aprovados para estas vagas mais de 127 mil candidatos.

Uma possível interpretação sobre as razões desse significativo aumento na procura por concursos públicos poderia ser buscada nos altos índices de desemprego. Há que se ressaltar, entretanto, que apesar de o desemprego ser um dos fenômenos que mais atingem a sociedade contemporânea, ele não pode ser apresentado como uma novidade, mas como um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação de capital (POCHMANN, 2002). A elevação do desemprego no setor privado, por si só, não seria, pois, uma justificativa; ou seja, a escolha pela carreira pública não pode ser atribuída exclusivamente à questão econômica. Tal argumento pôde ser corroborado em alguns estudos. Côrtes e Silva (2006), por exemplo, constataram, como motivos para essa escolha, além da elevação do desemprego no setor privado, a não observância de fatores como idade, sexo, universidade de formação, experiência prévia, a busca por estabilidade, dentre outros. A valorização da estabilidade (relação duradoura entre a empresa e o empregado) também foi apontada, como fator relevante, por Barreto *et al*

(2007). Pochmann (2000), por sua vez, atribuiu o aumento nas ocupações do setor público à tendência deste segmento em remunerar acima do setor privado, oferecer planos de cargos e salários e, com isto, possibilitar uma melhor trajetória profissional. O ideal de um emprego estável e bem remunerado não dá suporte apenas à iniciativa de concorrer para uma vaga no funcionalismo público, norteador a escolha profissional e o projeto de vida de muitos estudantes do ensino médio e superior. Autores que analisaram as características dos jovens brasileiros que procuram os serviços de Orientação Profissional concluíram que, em sua maioria, estes jovens são conservadores, individualistas, não se preocupam com as mudanças sociais, querem realização pessoal, prazer no trabalho e conforto material (SILVA; MAGALHÃES, 1996; LISBOA, 1997; LASSANCE; SPARTA, 2003). São jovens que ainda sonham com uma estabilidade praticamente inexistente nos dias atuais. Estabilidade esta que se estende igualmente à imagem de si, pois na medida em que se idealiza “a escolha certa e para a vida toda” idealiza-se também a imutabilidade de gostos, interesses, habilidades e motivações e, conseqüentemente, a imutabilidade de si “para toda a vida”.

A considerar as características que configuram os novos modos de viver – e de sobreviver no mercado de trabalho – sobretudo no que se refere à incerteza, à imprevisibilidade e à equiparação do sucesso à condição de consumo, pode-se também supor que a busca pela estabilidade no trabalho e por certa rigidez na trajetória profissional esteja relacionada ao mal estar e ao sentimento de desamparo derivados da instabilidade nos referenciais (de família, sociedade, trabalho, Estado e do próprio “eu”) que sustentaram a modernidade sólida (BAUMAN, 2001; ROCHA, 2007).

Neste sentido pode-se questionar em que medida as soluções encontradas para a inserção profissional - mesmo quando reconhecidas como tais, em nome da autogestão da carreira - representam, efetivamente, uma escolha. Independente da condição econômica, fator restritivo corroborado por estudos sobre o processo de escolha em jovens provenientes da camada popular (RIBEIRO, 2003; BASTOS, 2005; SPARTA; GOMES, 2005; SOARES; KRAWULSKI; DIAS, D’AVILA, 2007), a sujeição à mercantilização das práticas sociais e dos modos de subjetivação parece não deixar muita alternativa quanto ao que se poderia denominar de liberdade de escolha, levando a crer que, ao contrário do que apregoa o capitalismo, a escolha não tem sido dada como uma opção, uma vez que o exercício da escolha vem sendo diluído pela falta de oportunidades reais (SOARES, 2002).

Considerações finais

Como bem o demonstrou Bohoslavsky (1977/2003), a escolha profissional resulta da imbricação de uma série de fatores subjetivos e objetivos. Lado a lado aos aspectos psicodinâmicos da problemática vocacional – que transcendem as aptidões e os interesses pessoais remetendo a processos inconscientes de identificação e reparação – coexistem as sobredeterminações concretas, como o contexto socioeconômico e educacional, as condições do mercado de trabalho, a localização geográfica e o momento histórico. Vista por esta perspectiva, a assunção da liberdade no processo de escolha torna-se uma premissa incabível, sobretudo para aqueles que necessitam de uma rápida inserção no mercado, como é o caso da maior parte dos estudantes provenientes do ensino público. No caso de recém-graduados em universidades públicas, poder-se-ia questionar, ao menos para aqueles que contam com respaldo financeiro familiar, a urgência desta inserção. Entretanto, do ponto de vista da independência econômica e da realização pessoal através do exercício de uma profissão – aspectos que costumam compor, independente de sua condição socioeconômica, o projeto de vida de muitos estudantes do ensino médio (VALORE; VIARO, 2007) - pode-se supor que tal necessidade esteja também presente na população considerada economicamente privilegiada, o que não anula o fato de que, efetivamente, neste caso, há maior liberdade de escolha, ou menor restrição, no processo de escolha profissional.

Se levarmos em conta as transformações nos cenários profissionais, porém, tem-se que, conforme se pôde constatar, no momento de ingressar no mercado, essa liberdade tem se conformado, cada vez mais, às poucas oportunidades existentes. E, se isto, por si só, não representa nenhuma novidade, o que surpreende é que, não raro, a falta de opção quanto à obtenção de um emprego, ao demandar outras soluções como a permanência na vida de estudante, o desenvolvimento de uma carreira autônoma e a realização de concursos públicos, aparece reconhecida nos discursos como escolha pessoal. Escolha esta suportada e legitimada pelas palavras de ordem “educação continuada”, “empreendedorismo” e “autogestão da carreira”, com as quais tem se perpetuado o ideal do autogoverno na contemporaneidade.

Isto considerado, poder-se-ia questionar a pertinência do termo escolha, atrelando-o ao de liberdade pessoal, nas questões relativas ao exercício de uma profissão. Todavia, se o pensarmos como autoria, novas possibilidades, talvez, venham a ser vislumbradas. Para Bohoslavsky (1977/2003), na orientação profissional, não se pode abrir mão do princípio ético de que o indivíduo é um sujeito de escolhas. Assim, caberá ao orientador favorecer o autoconhecimento e a informação ocupacional, de modo a propiciar o reconhecimento das motivações relacionadas a uma dada escolha, a elaboração dos

conflitos aí implicados e o conhecimento da situação concreta referente à formação e ao exercício profissional. Nesta perspectiva, a liberdade de escolha passa a ser configurada como conscientização dos fatores que a determinam e como construção de uma postura autônoma, na medida do possível evidentemente, em relação aos mesmos. Em última análise, a orientação profissional, ao visar à realização de uma escolha autônoma, consciente e realista (SOARES, 2002), viria a contribuir para o reconhecimento de si como autor de seu projeto de vida.

Conclui-se, pois, que o conhecimento e a reflexão crítica sobre os imperativos que regem a inserção e a permanência no mundo do trabalho na atualidade constituem um primeiro passo no sentido desta autoria. Autoria aqui entendida como efetiva possibilidade de autogoverno, a qual, diferentemente do que se tem observado, não implica individualismo, posto que se sustenta no compromisso pessoal com a vida e com os projetos coletivos. Neste sentido, acredita-se que a incorporação desta reflexão crítica nos processos formativos do ensino superior e a inclusão de práticas de orientação e de planejamento de carreira neste contexto em muito poderiam contribuir no processo de inserção profissional de recém-formados.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 12^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- APPEL-SILVA, M.; BIEHL, K. Trabalho na pós-modernidade: crenças e concepções. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 2, n. 6, p. 518-534, set. 2006.
- BARDAGI, M.; LASSANCE, M. C. P.; PARADISO, A. C.; MENEZES, I. A. Escolha profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de estudantes formandos. **Psicologia escolar e educacional**, Itatiba, v. 10, n. 1, p. 69-82, jun. 2006.
- BARLACH, L.; LIMONGI-FRANCA, A. C.; MALVEZZI, S. O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. **Revista interamericana de psicologia**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 101-112, abr. 2008.
- BARRETO, D. F. C.; NUNES, G. S.; VEIGA, J. L. B. C., VILAS BOAS, A. A. Que fatores motivacionais afetam os indivíduos que ingressam em organização do setor público? O caso de uma empresa de energia. **Gestão; Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 24, n. 72, p. 38-47, set./dez. 2008.
- BASTOS, J. C. Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 31-43, dez. 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BOHOSLAVSKY, R. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. 11^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Original publicado em 1977).

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CÔRTEZ, L. L.; SILVA, J. R. G. Construção do contrato psicológico de indivíduos que ingressam em organizações do setor público no atual contexto brasileiro: estudo de caso de uma empresa estatal. In: XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração, 2006, Salvador, **Anais do XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração**. Salvador: ANPAD, 2006.

CRITELLI, D. Consumo e obediência: a desarticulação da liberdade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 477-485, dez. 2008.

DOWBOR, L. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Editora SENAC, 2002.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LASSANCE, M. C.; SPARTA, M. A Orientação Profissional e as transformações no mundo do trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 13-19, dez. 2003.

LISBOA, M. D. Associações: Contexto sócio-econômico e compromisso social dos profissionais. **Revista da Associação Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 89-96, 1997.

MATTOS, A. R.; CASTRO, L. R. Ser livre para consumir ou consumir para ser livre? **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 151-170, Belo Horizonte, jun. 2008.

MELO, S. L.; BORGES, L. O. A Transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 376-395, set. 2007.

NEVES, T. F. S. Ensaio sobre o desemprego: qualidades de um "novo" trabalhador? **Imaginario**, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 123-141, dez. 2006.

PAIXÃO, A. E. **A subjetividade no "novo" tempo de trabalho: um estudo sobre a flexibilidade**. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Pesquisa Nacional de Concursos Públicos 2005-2007. ANPAC – Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

- _____. **O trabalho sob fogo cruzado**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- RIBEIRO, M. A. Demandas em orientação profissional: um estudo exploratório em escolas públicas. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 141-151, dez. 2003.
- ROCHA, T. H. R. **Modos de subjetivação contemporâneos: considerações psicanalíticas sobre desejo, alteridade e pulsão**. 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- RUEDA, F. J. M.; MARTINS, L. J.; CAMPOS, K. C. L. Empregabilidade: o que os alunos universitários entendem sobre isto? **Psicologia Teoria e Prática**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 63-73, dez. 2004.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SILVA, L. D.; MAGALHÃES, M. Adolescência hoje: Um projeto de vida na pós-modernidade. In: ROSISKI, E. C. S. (Org.). **Rumo à universidade: Um projeto de vida**. Ijuí: SEDIGRAF, 1996, p. 54-66.
- SILVEIRA, P. G.; WAGNER, A. Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 23, n. 4, p. 441-453, dez. 2006.
- SOARES, D. H. P. **A escolha profissional do jovem ao adulto**. São Paulo: Summus, 2002.
- SOARES, D. H. P.; KRAWULSKI, E.; DIAS, M. S. L.; D'AVILA, G. T. Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 746-759, dez. 2007.
- SPARTA, M.; GOMES, W. B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 45-53, dez. 2005.
- TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Estou me formando... e agora? Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 47-62, jun. 2004.
- VALORE, L. A.; VIARO, R. V. Profissão e sociedade no projeto de vida de adolescentes em orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 57-70, dez. 2007.

Endereço para correspondência

Gabrielle Ana Selig

Clínica Cuore Corpore, Av. Sete de Setembro, 5388, cj. 1201, Batel, CEP 80.240-000, Curitiba-PR, Brasil

Endereço eletrônico: gabrielle@cuorecorpore.com.br

Luciana Albanese Valore

UFPR, Praça Santos Andrade, nº 50, Subsolo(CEAPE), Centro , CEP 80.020-300, Curitiba-PR, Brasil

Endereço eletrônico: luvalore@uol.com.br

Recebido em: 01/09/2009

Aceito para publicação em: 14/01/2010

Acompanhamento do processo editorial: Deise Mancebo

Notas

*Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo- USP.

**Graduada em Direito e Psicologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

¹Este artigo foi baseado no capítulo 3 da dissertação de mestrado intitulada "Cenários instáveis, carreiras estáveis: análise do discurso de graduados recém-ingressos em um serviço público federal", de Gabrielle Ana Selig, orientada por Luciana Albanese Valore, a ser defendida no Programa de Mestrado em Psicologia da UFPR.